RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Faculdade de São Paulo
Mantenedora: UNIESP S.A
2021

Diretoria/Coordenação de Cursos

Diretora da Unidade	Prof. Ewerton Mauro Visotto Faria
Coordenador do Curso Superior Bacharelado em Administração	Profa. Sandra I. Fiacadori Ciochi
Coordenador do Curso de Licenciatura em Pedagogia	Profa. Claudia Oliveira de Farias Leitão
Coordenador do Curso Superior Bacharelado em Direito	Prof. Renato Moreira Figueiredo
Coordenadora do Curso de Licenciatura em Letras	Profa. Claudia Oliveira de Farias Leitão
Coordenador do Curso Superior Bacharelado em Ciências Contábeis	Profa. Sandra I. Fiacadori Ciochi
Coordenador do Curso Superior Bacharelado em Serviço Social	Profa. Sandra I. Fiacadori Ciochi
Coordenador do Curso Superior Bacharelado em Enfermagem	Profa. Katia Benites

Comissão Própria de Avaliação – CPA

Representante docente (Presidente)	Sandra I. Fiacadori Ciochi
Representante docente	Claudia Oliveira de Farias Leitão
Representante discente	Evandro Cavalcante da Silva
Representante do corpo técnico administrativo	Ana Paula Santana
Representante da Sociedade Civil	José Jorge Louzada dos Santos

Sumário

APRESENTAÇÃO 5

1 Identificação da IES 6
2 Último Ato Regulatório 6
3 Identificação dos representantes da IES 6
4 Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) 7
5 Missão, Visão e Valores institucionais 7
6 Introdução 9
6.1 Histórico da Instituição 10
6.2 Inserção Regional 11
6.3 Indicadores sócio-econômicos 13
6.4 Cursos de Graduação 14
6.5 Coordenadores 15
6.6 Total de Alunos Matriculados 16
6.7 Docentes 16
7 Indicadores de Qualidade da Educação Superior 17
8 Cursos Ofertados em 2017 18
9 Metodologia de Avaliação. 20
9.1 Pressupostos Teóricos 22
9.2 Operacionalização 24
9.3 Instrumentos de Avaliação 27
9.4 Etapas de Preparação 28
9.5 Etapas de Elaboração da Proposta 28
9.6 Etapas de Desenvolvimento da Autoavaliação 28
9.7 Pessoal Envolvido 29
9.8 Questionário de Avaliação 30
9.9 Cronograma de atividades da CPA 30
10 Desenvolvimento 32
10.1 Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional 32
10.2 Autoavaliações Institucionais 35
10.3 Eixo 2: Desenvolvimento Institucional 36
10.4 Eixo 3: Políticas Acadêmicas 40
10.5 Eixo 4: Políticas de Gestão 48
10.6 Eixo 5: Infraestrutura Física 52
11 Análise dos dados e das informações 62
12 Ações com base na análise 62
13 Considerações Finais 64

REFERÊNCIAS 66

Apresentação

Em cumprimento a Lei 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da FACULDADE DE SÃO PAULO apresenta o Relatório de Autoavaliação Institucional 2017, conforme determina a Nota Técnica/INEP nº 65/2014.

Orientações

O objetivo do Relatório de Autoavaliação Institucional é apresentar as ações tomadas para a melhoria da qualidade dos cursos da FACULDADE DE SÃO PAULO, orientar na expansão da oferta e da eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social para o aprofundamento do seu compromisso com a responsabilidade social.

Atuação da CPA

Nesse sentido, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da FACULDADE DE SÃO PAULO procura articular todos os membros da comunidade acadêmica para um trabalho de avaliação contínua das suas atividades para melhoria da qualidade de ensino.

A CPA tem empenhado esforço no sentido de criar, junto à comunidade acadêmica, uma cultura de avaliação, através da sensibilização da sua importância para que haja um crescimento qualitativo em todos os segmentos. Esta iniciativa é de suma importância tendo em vista que a avaliação é um processo coletivo, participativo e livre de quaisquer ameaças.

O envolvimento da comunidade acadêmica garante o sucesso crescente no sistema avaliativo institucional.

Importância do Processo Avaliativo

Num segundo momento, a CPA se ocupa em coletar os dados e processá-los para produzir informações úteis às tomadas de decisões. O resultado é a reflexão em todas as dimensões e provoca providências necessárias para corrigir distorções, identificar os pontos fortes e fracos da instituição, apresentar indicadores de bom desempenho e referenciais para a melhoria de outros pontos.

1. Identificação da IES

Mantenedora: UNIESP S/A
CNPJ: 19.347.410/0001-31
Natureza Jurídica: Sociedade Anônima
Representante Legal da IES: Ewerton Mauro Visotto Faria
Dados da IES: Faculdade de São Paulo
Nome da IES – Sigla: FASP
Endereço Completo: Rua Álvares Penteado, 216
Bairro: Centro
Município: São Paulo

2. Último Ato Regulatório

Ato Regulatório: Credenciamento	Prazo de validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo
Tipo de documento: Portaria	No. 1.028
Data do documento: 17.08.10	Publicado em: 18.08.2010
No. Parecer / despacho:	Data do Despacho:

3. Identificação dos representantes da IES

NOME	CARGO	E-MAIL	TELEFONE
Claudia Aparecida Pereira	Representante Legal	www.uniesp.edu.br	(11) 4040-6709

4. Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A Comissão Própria de Avaliação da FACULDADE DE SÃO PAULO foi instituída pela Portaria nº 13/2005, de 25 de agosto de 2005. O mandato dos integrantes da CPA é de dois anos, sendo que as especificidades do mandato e da composição da CPA estão descritas no Regimento Interno da CPA.

A composição atual da CPA é a seguinte:

NOME	SEGMENTO REPRESENTATIVO
Representante docente (Presidente)	Sandra I. Fiacadori Ciochi
Representante docente	Claudia Oliveira de Farias Leitão
Representante discente	Evandro Cavalcante da Silva
Representante do corpo técnico administrativo	Ana Paula Santana
Representante da Sociedade Civil	José Jorge Louzada dos Santos

5. Missão, Visão e Valores institucionais

A **Missão** evidencia a razão de ser da instituição e reflete os motivos pelos quais a FACULDADE DE SÃO PAULO foi criada. Seus projetos institucionais estão estruturados a partir da sua concepção como instituição de ensino superior pluralista e apartidária, responsável pela elevação do nível cultural, político e econômico do cidadão, consciente de que a manutenção da qualidade de ensino se constitui num processo de constante acompanhamento da evolução da própria sociedade, das tecnologias e das metodologias inovadoras de ensino.

Nessa perspectiva, a FACULDADE DE SÃO PAULO tem como missão:

“Alcançar a oferta e a Prática de uma Educação Solidária, possibilitando o saber para ser e fazer”.

O possibilitar o saber se expressa pelo compromisso com a busca da verdade, através de um ensino de qualidade, comprometimento com a difusão, através da pesquisa e extensão, e do conhecimento produzido pela comunidade acadêmica;

Para ser é o comprometimento com a formação do ser humano capaz de exercer a cidadania em sua plenitude e pautar-se pelos princípios éticos;

Para fazer significa o comprometimento com a formação de profissionais competentes no exercício da profissão e capazes de assumir, com autonomia, o processo de formação continuada.

A **Visão** representa o estado em que a instituição busca estar no futuro. Para isso, é necessário direcionar seus esforços, de forma abrangente, tomando decisões para expandir-se no cenário atual.

A FACULDADE DE SÃO PAULO tem como visão a expansão do ensino de qualidade, possibilitando a inclusão das pessoas menos favorecidas, por todas as regiões do território brasileiro. Esta visão está aliada às orientações contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais que recomendam formatos de cursos que busquem criar oportunidades de estudos independentes para que os alunos venham a desenvolver a sua progressiva autonomia intelectual.

Por **Valores** entende-se o conjunto das crenças e princípios que orientam as atividades de uma organização. Eles se expressam pelos padrões de conduta praticados pela instituição. Neste sentido, a FACULDADE DE SÃO PAULO se pauta pelos seguintes princípios:

- Responsabilidade social
- Compromisso social
- Atenção à inovação
- Respeito à diversidade
- Busca constante pela qualidade
- Ética e transparência

Princípios da CPA

a) autonomia em relação aos órgãos de gestão acadêmica e administrativa;
b) fidedignidade das informações construídas no processo avaliativo;
c) respeito à valorização dos sujeitos e dos órgãos da instituição;
d) respeito à liberdade de expressão, de pensamento e de crítica;
e) compromisso com a melhoria contínua da qualidade de ensino;
f) difusão de valores éticos e de liberdade, igualdade e pluralidade.

Competências da CPA

a) Elaborar e implementar o Projeto de Autoavaliação Institucional, considerando as metas definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), submetendo-o à apreciação do Diretor Geral;
b) elaborar o Plano de Trabalho Anual, submetendo-o à apreciação do Diretor Geral;
c) sistematizar e prestar informações relativas à avaliação solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no âmbito do Sistema Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Superior
(SINAES), na forma prevista na legislação;
d) conduzir os processos de autoavaliação institucional, de acordo com o Plano de Trabalho Anual;
e) constituir, quando necessário, subcomissões de avaliação;
f) promover, no processo de autoavaliação, a sensibilização, buscando o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões, palestras, seminários, entre outros;
g) construir, aperfeiçoar e coordenar a aplicação dos instrumentos avaliativos necessários à avaliação das diferentes dimensões institucionais, em conformidade com o Plano de Trabalho Anual;
h) definir a composição dos grupos de trabalho atendendo aos principais segmentos da comunidade acadêmica;
i) organizar e discutir os resultados da autoavaliação com a comunidade acadêmica e publicar as experiências;
j) manter contínuo diálogo com a avaliação externa de cursos e do desempenho dos estudantes com o objetivo de integrá-los aos resultados da autoavaliação institucional;
k) definir e implementar procedimentos de organização, processamento e análise das informações coletadas no âmbito do processo avaliativo;
l) propor projetos, programas e ações que proporcionem a melhoria da instituição.

6. Introdução

A Lei 10.861/2014, que define o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), estabelece, em seu Artigo 3º, que a avaliação institucional tem por objetivo identificar o perfil da IES e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, consolidadas em cinco eixos no Instrumento de Avaliação Institucional Externa.

Ao longo do desenvolvimento do relatório, serão apresentados os dados e as informações referentes aos eixos, dimensões e indicadores em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da FACULDADE DE SÃO PAULO.

6.1 Histórico da instituição

A história do Grupo Uniesp tem início em 1997, na cidade de Presidente Epitácio, quando fundaram a primeira instituição de ensino superior. Hoje, está presente com suas diferentes faculdades em vários estados brasileiros.

A história continua quando, em 1973, teve início a Faculdade Renascença com os cursos de Letras, Pedagogia e Ciências, autorizados pelo Decreto no. 76.616 e implantados em 1975. Mais tarde, foram autorizados os cursos de Hotelaria e Informática, aos quais se acrescentou as Licenciaturas em Matemática e Secretariado Executivo Bilíngue. A Faculdade Renascença possuía também o Centro de Pós-Graduação, com cursos de especialização em diversas áreas.

Na Faculdade Renascença, em julho de 1998, foi autorizado o curso de Ciências Contábeis; em 1999, o de Matemática e Ciências Biológicas; e em 2001, o curso de Ciência da Computação.

Pela Portaria no. 592, de 24 de fevereiro de 2006 (DOU 01.03.2006), foram autorizados os cursos de Educação Física, Administração, Ciências Contábeis e Enfermagem para a Faculdade Horizontes, com 200 vagas totais anuais (100 manhã e 100 noite), mais tarde incorporada à Faculdade de São Paulo.

A Faculdade Horizontes foi credenciada pela Portaria no. 593 de 24 de fevereiro de 2006 (DOU 01.03.2006), mantida naquela época pelo Instituto Superior de Pesquisa Horizontes S/A, com sede à Rua Raul do Santos Machado, s/no., Jardim Helga, São Paulo, Capital.

Pela Portaria 596 de 24 de fevereiro de 2006, as Faculdades Integradas Teresa Martin, mantida pelo Instituto Educacional Teresa Martin teve aprovado o reconhecimento dos cursos superiores de Bacharelado em Ciências Contábeis, com sede na Rua Antonieta Leitão no. 129, Freguesia do Ó, São Paulo, Capital, com 80 vagas para o período noturno.

O Instituto Educacional Teresa Martin teve sua denominação, em 22 de dezembro de 2008, alterada para Instituto Educacional do Estado de São Paulo – IESP, com sede e foro na cidade de São Paulo, à Rua Conselheiro Crispiniano 116/120/124, sendo uma associação de direito privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins econômicos, conforme Estatuto Social, registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da capital.

Pela Portaria 1.620 de 13 de novembro de 2009 foi aprovada a transferência da mantença da Faculdade Renascença para o Instituto Educacional Teresa Martin já com a nova denominação Instituto Educacional do Estado de São Paulo – IESP.

Pela Portaria 486 de 07 de maio de 2010 (DOU 11.05.2010) a Faculdade Horizontes teve seu endereço alterado para Rua Conselheiro Crispiniano no. 116/120, São Paulo, Capital, com os cursos de Bacharelado em Administração, Bacharelado em Ciências Contábeis, Bacharelado em Direito, Licenciatura em Educação Física, Bacharelado em Enfermagem e Pedagogia.

Pela Portaria Ministerial 1028 de 17 de agosto de 2010 (DOU 18.08.2010), foram unificadas as mantidas Faculdade Renascença e Faculdades Integradas Teresa Martin à Faculdade de São Paulo, com sede na Rua Conselheiro Crispiniano 116/120 – Centro – SP e Rua Álvares Penteado, 208/216.

Pela Portaria 1.923 de 18 de novembro de 2010 (DOU 19.11.2010) foi aprovada a transferência de mantença da Faculdade Horizontes, de Instituto Superior de Pesquisa Horizontes S/A para Instituto Educacional do Estado de São Paulo, com sede na Rua Conselheiro Crispiniano no. 116, 120 e 124, CEP 0137-000, São Paulo, Capital.

Em 2011, através da Portaria no. 196, de 27 de junho de 2011 (DOU 28.06.2011), a Faculdade Horizontes e a Faculdade Brasileira de Recursos Humanos foram também incorporadas à Faculdade de São Paulo, mantida pelo Instituto Educacional do Estado de São Paulo – IESP.

Em 05 de novembro de 2012 o Instituto Educacional do Estado de São Paulo – IESP teve sua denominação mudada para União Nacional das Instituições Educacionais São Paulo, conforme registro no. 445.706 do 1º. Oficial de Registro Civil de Pessoa Jurídica.

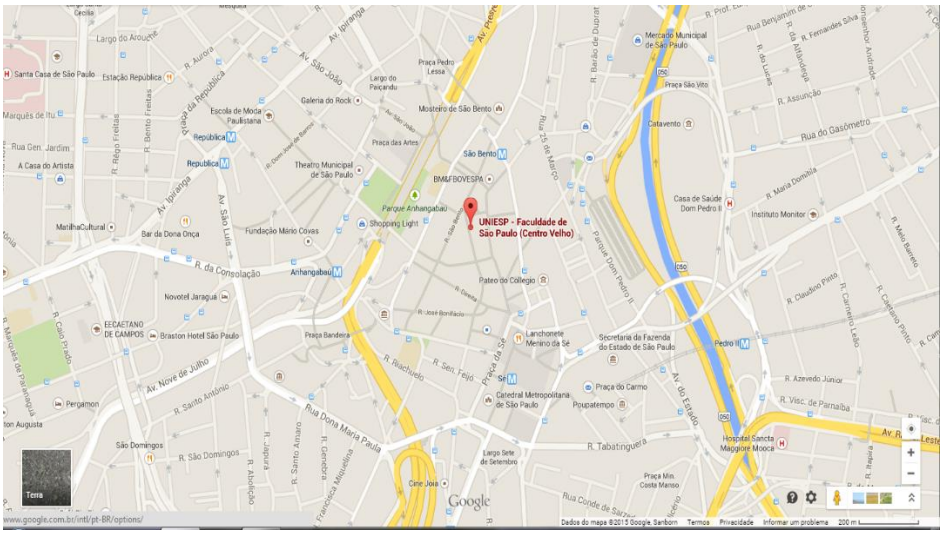
Em 02 de abril de 2013, a União Nacional das Instituições Educacionais São Paulo voltou a chamar Instituto Educacional do Estado de São Paulo – IESP, conforme registro no. 398.566 do 1º. Oficial de Registro Civil de Pessoa Jurídica.

A partir de 13 de janeiro de 2016 a FACULDADE DE SÃO PAULO passou a ser mantida pela UNIESP S/A, nos termos do Estatuto Social registrado na JUCESP.

6.2 Inserção Regional

A Faculdade de São Paulo está localizada próxima às estações Sé, República, Anhangabaú e São Bento do metrô, com integração para linhas de trem e ônibus, o que permite o acesso a estudantes de todas regiões de São Paulo e da sua região metropolitana.

Figura 1: Mapa dos Principais Meios de Acessos nos Arredores da IES

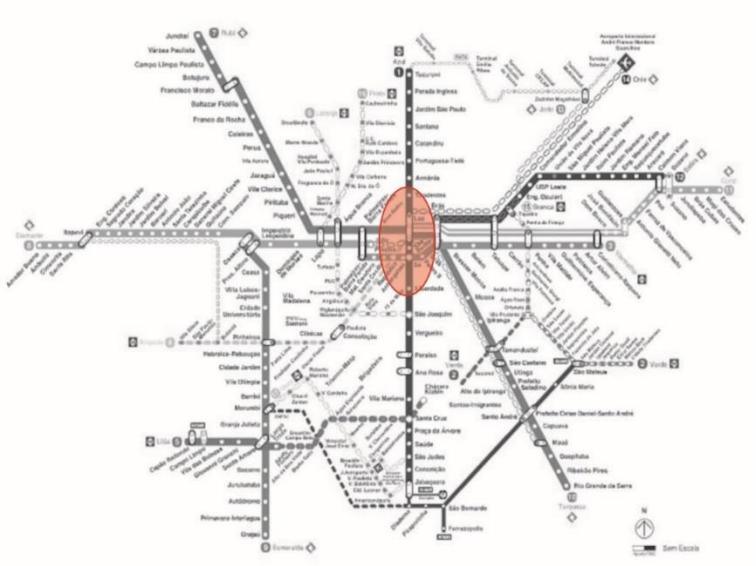


Fonte: Google, 2016.

A região metropolitana de São Paulo é um dos mais densos núcleos populacionais do planeta. De acordo com o relatório *World Urbanization Prospects* 2014, das Nações Unidas, a região metropolitana de São Paulo, com seus 21 municípios, tem uma população estimada em 20.741.000 habitantes, quase 10% da população nacional.

A Faculdade de São Paulo é servida por uma grande rede metroviária, servindo à instituição as linhas azul – que serve aos bairros desde Tucuruvi (zona Norte) até o Jabaquara (zona Sul) – e linha vermelha. As estações Sé e São Bento ficam bem próximas à instituição.

Figura 1: Linhas de metrô e trem em São Paulo



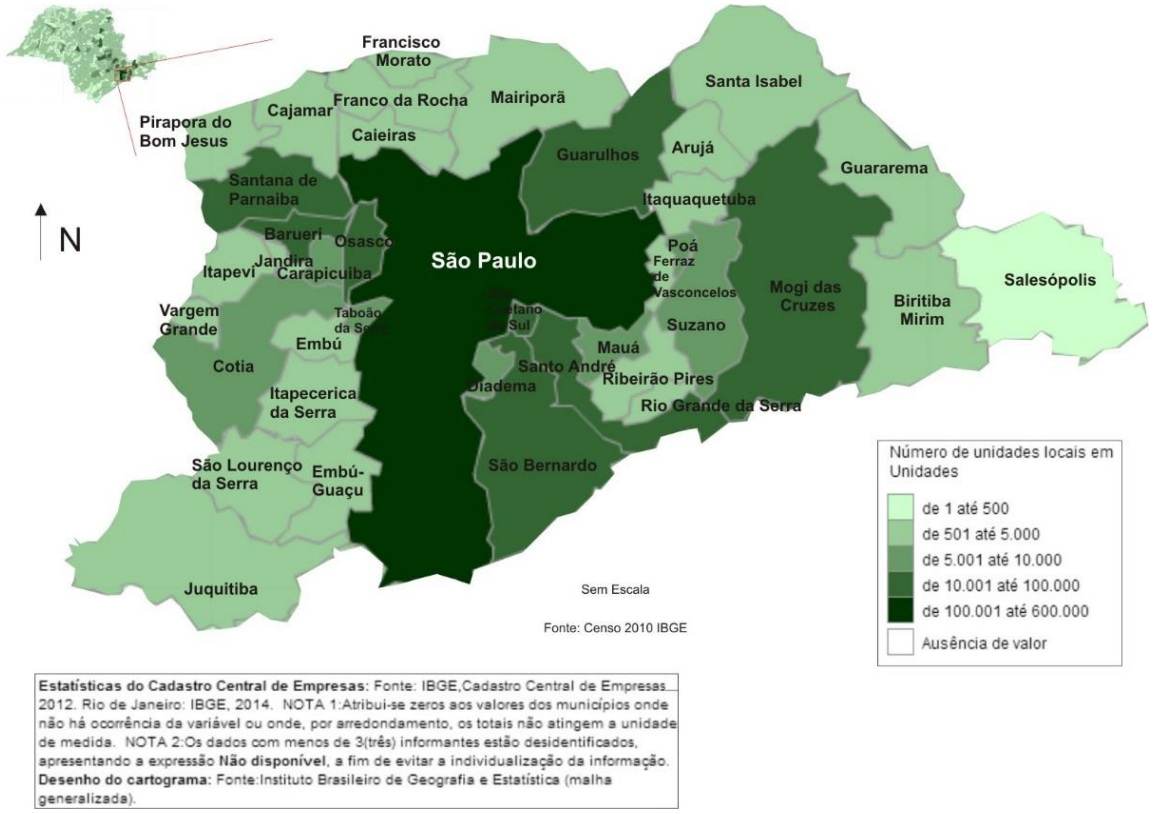
Fonte: CPTM, 2014

6.3 Indicadores Sócio-Econômicos

Segundo o relatório *World Urbanization Prospects 2014*, das Nações Unidas[1], a RMSP, com seus ocupa o posto de 5º maior agrupamento urbano populacional do mundo depois de Tokio (Japão), Delhi (Índia), Shangai (China) e Cidade do México (México). Nas últimas décadas São Paulo ampliou seu papel como centro articulador da economia nacional e principal polo de integração com a economia internacional (DINIZ, 2004). Exemplos não faltam para elucidar este fato: O sistema bancário da RMSP no ano 2000 participava com 44% dos depósitos, 41% das aplicações do sistema bancário brasileiro, sendo 35% só na cidade de São Paulo.

Nesse sentido, a presença de escritórios e sedes das grandes empresas nacionais e multinacionais no território paulistano e da região metropolitana é outra referência dessa concentração característica. Segundo o Censo 2010 o município conta com 599.434 unidades empresariais como pode ser visto na figura abaixo.

Figura 3: número de empresas na região metropolitana de São Paulo



Estatísticas do Cadastro Central de Empresas: Fonte: IBGE,Cadastro Central de Empresas. 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. NOTA 1:Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável ou onde, por arredondamento, os totais não atingem a unidade de medida. NOTA 2:Os dados com menos de 3(três) informantes estão desidentificados, apresentando a expressão **Não disponível**, a fim de evitar a individualização da informação. **Desenho do cartograma**: Fonte:Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (malha generalizada).

Fonte: Censo, 2010

6.4 Cursos de Graduação

Curso	Autorização	Reconhecimento / RENOVAÇÃO	DATA
Administração		Portaria 1.205	24.11.2017 (DOU 27.11.2017)
Análise e Desenvolvimento de Sistemas		Portaria 1.205	24.11.2017 (DOU 27.11.2017)
Ciências Biológicas		Portaria 793	14/12/2016 (DOU 15/12/2016)
Ciências Contábeis		Portaria 377	05/11/2020 (DOU 06/11/2020)
Direito		Portaria 543	23/09/2016 (DOU 26/09/2016)

Educação Física		Portaria 1093	24.12.2015 (DOU 30.12.2015)
Enfermagem		Portaria 45	22.01.2015 (DOU 23.01.2015)
Geografia		Portaria 538	23.09.2016 (DOU 26.09.2016)
Hotelaria		Portaria 274	29.06.1984 (DOU 02.07.1984)
Letras		Portaria 793	14.12.2016 (DOU 15.12.2016)
Pedagogia		Portaria 1.093	24.12.2015 (DOU 30.12.2015)
Redes de Computadores		Portaria 1.093	24.12.2015 (DOU 30.12.2015)
Serviço Social		Portaria 857	04.08.2017 (DOU 07.08.2017)
Sistemas para Internet		Portaria 664	30.06.2017 (DOU 03/07/2017)

6.5 Coordenadores

COORDENAÇÃO		
CURSO	NOME	TITULAÇÃO
Administração	Profa. Sandra I. Fiacadore Ciocchi	Mestre
Direito	Prof. Renato Moreira Figueiredo	Mestre
Pedagogia	Profa. Claudia Oliveira de Farias Leitão	Mestre
Letras	Profa. Claudia Oliveira de Farias Leitão	Mestre
Enfermagem	Profa. Katia Benites	Mestre
Ciências Contábeis	Profa. Sandra I. Fiacadore Ciocchi	Mestre
Serviço Social	Profa. Sandra I. Fiacadore Ciocchi	Mestre

7. Cursos Ofertados em 2021

Denominação do Curso	Grau	Modalidade	Turno	Nº Vagas /Ano
Administração	Bacharelado	Presencial	Diurno e Noturno	50
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnológico	Presencial	Diurno e Noturno	100
Pedagogia	Licenciatura	Presencial	Diurno e Noturno	75
Ciências Contábeis	Bacharelado	Presencial	Diurno e Noturno	80
Serviço Social	Bacharelado	Presencial	Diurno e Noturno	200
Enfermagem	Bacharelado	Presencial	Diurno e Noturno	80
Direito	Bacharelado	Presencial	Diurno e Noturno	100
Educação Física	Licenciatura	Presencial	Diurno e Noturno	140
Redes de Computadores	Tecnologia	Presencial	Diurno e Noturno	100

O edital do Processo Seletivo prevê as seguintes condições:

Art. 2º. As inscrições poderão ser efetuadas na secretaria acadêmica das IES ou no site: www.uniesp.edu.br, bem como, em local a ser divulgado pelas instituições de ensino até 15 dias antes da realização das provas.

Art. 3º - No ato da inscrição o candidato deverá apresentar cópia da cédula de identidade.

Art. 4º - O Processo Seletivo será realizado com início às 10h, na IES onde o candidato fez a inscrição.

§ 1º - A IES manterá Processo Seletivo Continuado permanentemente e a qualquer tempo em suas respectivas Unidades.

§ 2º - O Processo Seletivo Continuado será por agendamento, com a realização da prova de redação nas mesmas condições e critérios do Concurso Principal.

§ 3º - O processo seletivo será composto por uma Redação ou pelo resultado do candidato obtido no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

§ 4º – A Redação deverá ser redigida como texto dissertativo argumentativo, em que o candidato deverá atribuir um título à sua redação, sem fugir da temática proposta. **§ 5º** - O candidato fará a Redação, no prazo máximo de duas horas.

Art. 5º - A Nota do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM deverá ser apresentada mediante cópia autenticada ou original da carta individual de resultado satisfatório, no ato da inscrição ou no dia da realização da prova.

§ 1º - A relação de candidatos classificados será divulgada nos murais e site das IES participantes até 72h após a realização das provas.

Art. 6º - Os classificados deverão efetuar a matrícula que será consolidada com o pagamento da primeira mensalidade a partir da divulgação do resultado do processo seletivo.

§ 1º - os alunos inscritos no FIES e/ou PROUNI estão isentos da taxa de matrícula.

§ 2º - Os classificados deverão também preencher e assinar o requerimento de matrícula juntamente com o contrato de prestação de serviços educacionais, ou documento que comprove a opção FIES/PROUNI, e apresentar uma foto 3x4 recente e duas cópias autenticadas ou os originais dos seguintes documentos: Histórico e Certificado de conclusão do Ensino Médio ou equivalente; Cédula de Identidade; CPF do candidato; CPF do responsável legal se menor de 18 anos; comprovante de endereço; e, Procuração com firma reconhecida em cartório, caso a matrícula seja realizada por terceiros.

§ 3º - O cancelamento da matrícula poderá ser feito até um dia útil antes do início das aulas, mediante preenchimento de requerimento junto a Secretaria da IES na qual está matriculado, abrindo mão de sua vaga. Neste caso o reembolso será de 80% do valor da matrícula efetuada. Após o início das aulas não haverá reembolso do valor da matrícula.

§ 4º - As IES aceitarão matricula de alunos portadores de diploma de curso superior, mediante apresentação de cópia autenticada do referido diploma e do Histórico Escolar completo, e ainda, de alunos transferidos segundo as normas regimentais das instituições participantes. **Art. 7º** - Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que durante a avaliação utilizar-se comprovadamente de meios ilícitos, praticar atos ilegais ou obter pontuação igual a zero. Também será eliminado, em qualquer época, mesmo depois de matriculado, o candidato que se inscrever no Processo Seletivo mediante apresentação de documentos não idôneos, informações falsas e/ou através de outros meios ilícitos.

§ 1º - Em hipótese alguma haverá revisão, vista ou recontagem de pontos em qualquer prova do Processo Seletivo, não cabendo recurso quanto ao seu procedimento.

§ 2º - Os candidatos portadores de necessidades especiais deverão entrar em contato com a coordenação local, com antecedência de cinco dias, para as providências necessárias ao atendimento.

§ 3º - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo. Informações complementares poderão ser obtidas junto às secretarias das IES participantes ou pelo site www.uniesp.edu.br.

8. Metodologia de Avaliação

A Faculdade de São Paulo, ao elaborar o projeto de Autoavaliação Institucional, em atendimento às determinações do INEP, tem plena consciência de que um projeto que se pretenda efetivo deve sempre ser pensado e repensado e planejado de maneira crítica, reflexiva. A perspectiva de uma reflexão rigorosa supõe um afastamento cuidadoso do cotidiano para que ele não se retifique, não se cristalize como o melhor caminho possível e desejável. É preciso que esta reflexão, além de crítica, seja também coletiva, justamente para permitir a desconstrução do modelo com o intuito de pensar alternativas e encontrar caminhos para mudança de paradigmas em termos de avaliação institucional. Porém, como realizar uma avaliação que não descaracterize o grupo de suas relações e que seja um processo de crescimento destas relações?

A abordagem qualitativa, na vertente da autoavaliação, surge como o caminho possível para efetuar uma avaliação que não seja um ato autoritário e/ou de um pequeno grupo de especialistas. É o caminho que permite desvelar o que está por trás das aparências de funções, desempenhos e relações estabelecidas na Instituição.

A presente proposta pretende realizar o percurso através dos passos metodológicos da autoavaliação por acreditar que tal é uma tentativa de "[...] iluminar o caminho da transformação e beneficiar as audiências no sentido de torná-las auto determinadas". (SAUL, 1988:61).

Efetuando, pois, uma autoavaliação pelo seu próprio caminho, poder-se-á conhecer o real, desvelar o concreto, oferecendo condições reais de transformar o vivido, o avaliado, o pensado, de tal forma, que avaliar torne-se exercício constante e contínuo do cotidiano vivido.

Para, pois, transformar a avaliação em uma obra coletiva, pensada e efetuada pelo grupo, ter-se-á que, necessariamente, dispor de material diversificado dos seus elementos

integrantes. Dessa forma, deverá utilizar entrevistas, questionários, anotações de diários, descrição de fatos e de debates, concernentes aos objetivos propostos, bem como a análise das atividades curriculares desenvolvidas e suas adequações ao perfil necessário do profissional que se pretende formar.

Tais procedimentos não invalidam a obtenção de dados quantitativos, que necessariamente deverão também subsidiar o auto estudo. A intenção é criar meios de envolvimento de todos os participantes no processo de retomada das realizações das instâncias institucionais.

O modelo de autoavaliação supõe, a princípio, o processo em três etapas, a saber:

- Descrição da realidade, retomando a história da Instituição e de seus percursos nesta área;
- Crítica da realidade, efetuando uma análise valorativa das experiências descritas;
- Criação coletiva, numa tentativa de superação/transformação da avaliação efetuada.

Estes são os passos da autoavaliação, tendo-a como suporte metodológico da pesquisa. Porém, deve-se ressaltar que, mediante o caminhar da investigação nesta vertente qualitativa, pode-se estar sujeito a uma complementação metodológica, com outras técnicas que podem ser necessárias à efetivação e desenvolvimento da autoavaliação.

8.1 Pressupostos Teóricos

Avaliar é um processo inerente à condição humana que, ao estar no mundo, conscientiza-se de sua situação e retoma seu agir no pensamento para agir de forma mais efetiva. É uma maneira de pensar o agir, de transformar a ação, de inscrever-se no ato de existir.

Ao propor ações, na tentativa de avaliar uma instituição, tem-se a intenção de transformar o vivido, o experimentado em algo significativo e com possibilidades de mudança. Não pode se constituir num ato estanque da Instituição, mas um processo coletivo de pensar o vivido, a partir dele mesmo. Assim, tal proposta pretende, não ocorrer num momento específico, mas permear o trabalho cotidiano dos elementos envolvidos (alunos, professores, diretores, coordenadores e funcionários). Desta forma, parte-se do pressuposto de que avaliação é conquista e construção, faceta ativa e crítica, onde a recriação da ação ocorre pelo diálogo.

As pessoas têm que se sentir efetivamente participando, aprendendo a participar e, para tal, compreendendo a realidade onde estão, a fim de que passem do sentir para o compreender e agir. (ABRAMOWICZ, 1992: 38).

Há um ceticismo generalizado quanto às resultantes do processo avaliativo, decorrentes do uso que, historicamente, fez-se do mesmo. Segundo a autora acima citada, a avaliação percorreu o caminho do controle, da mediação do rendimento escolar, na linha tecnicista do planejamento sistematizado no contexto escolar. É a avaliação como sinônimo de teste e de verificação de mudanças que estão ocorrendo no aprendiz, numa visão ainda estreita de avaliação. Este reducionismo simplifica e escamoteia questões fundamentais de uma instituição de ensino e podemos estar correndo o risco da proposta do SINAES restringir-se a tal. Por isso, torna-se importante adotar uma visão mais ampla e contextualizada da avaliação, enfocando-a enquanto processo, a fim de não se perder a especificidade da própria instituição. Considerando a avaliação pela autoconstrução, transformadora e emancipadora, pode-se desconstruir modelos tecnicistas e falsamente padronizados. Pois, destituindo a visão estreita e autoritária da avaliação, poder-se-á "[...] fazer com que as pessoas, direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional, escrevam a sua própria história e gerem as suas próprias alternativas de ação". (Ibid, p.14)

Assim, o auto estudo parte da premissa de que o ato de avaliar é um exercício que se realiza através de um processo crescente de participação coletiva, em que não existe o ato isolado numa atribuição social de função institucional. Segundo Demo (1988), por ser uma ação processual, permite a constante reinserção da reflexão no refazer do grupo e das individualidades. E, avalia-se, justamente para decidir, refazer percursos e trajetórias. Como tal precisa ser um trabalho efetuado coletivamente, pelo exercício participativo da reflexão e do diálogo. Saviani (1989), também, destaca que refletir e transformar a própria experiência são tarefas política da escola e como tal, a avaliação será sempre uma ação política de suas práticas. Pois, desocultar ideologicamente os discursos, o processo de ensino e aprendizagem, os inputs e outputs da instituição escolar são tarefas que precisam ser realizadas por todos aqueles que recebem o produto do trabalho educativo, num encontro de seres sociais de contextos históricos específicos, conforme Paulo Freire (1993) destaca: Avaliação é uma tarefa política por pretender promover a ruptura e elevar o novo, o possível, o necessário. Empreender um trabalho de autoavaliação institucional supõe transformar o homem a fim de suprimir suas próprias carências e uma das possibilidades de um trabalho coletivo de avaliação está na possibilidade do comprometimento que toda participação engendra.

A consciência se reflete e vai para o mundo que conhece: é o processo de adaptação. A consciência é temporalizada. O homem é consciente e, na medida em que conhece, tende a se comprometer com a própria realidade (FREIRE, 1979: 39).

Assim, avaliação deve ser vista como um compromisso assumido com a própria realidade, e, no caso de uma avaliação mais ampla de instituição educativa, supor a revelação de competências, relações, ações profissionais não necessariamente refletidas no cotidiano. Desnudar a experiência, revelá-la enquanto obra e construção coletiva faz-se mister numa

proposta de desgarrá-lo do comum, do aparente, do não revelado, reportando às considerações de Arendt (1993) sobre a relação entre a aparência e a essência.

À priori, o trabalho autoavaliativo deverá levantar alguns critérios básicos aos princípios do ensino que caracterizam o ensino superior privado no Brasil. Assim, os princípios fundadores devem nortear a definição de critérios para a efetuação do processo avaliativo, a saber:

- Definição do perfil do profissional;
- Estabelecimento da relação Instituição de ensino e comunidade;
- Condições materiais e humanas de desenvolvimento do trabalho acadêmico-administrativo.

A proposta supõe, em primeiro plano, um delineamento claro do projeto de desenvolvimento institucional (PDI), e dos projetos pedagógicos de Cursos (PPC), ou seja, partindo do que se pretende, do que se estabeleceu como objetivos fundamentais da instituição educacional, poder-se-á determinar critérios adequados para a efetivação de um processo avaliativo. Cabe considerar, porém, que tais critérios devem atender não apenas às especificidades pedagógicas, mas também corresponder a uma visão mais ampla de currículo como um conjunto de atividades programadas ou não, pedagógicas ou não que são vivenciadas por alunos/as e professores/as de uma instituição.

O ponto básico de determinação de critérios será o perfil de profissional traçado pela comunidade acadêmica, coerente com as necessidades mercadológicas, sociais e políticas do país.
Deve-se, também, considerar as recentes produções acadêmicas portuguesas em relação à avaliação institucional, particularmente aquelas que a consideram e a distinguem da avaliação curricular (NÓVOA, ESTRELA; 1993). São leituras imprescindíveis para efetivar uma escavação teórica adequada ao trabalho que ora se propõe. A bibliografia básica deste Regulamento está atualizada.

Obviamente, outros construtos teóricos serão considerados, no sentido de iluminar o caminho da avaliação e de sua reflexão enquanto processo. Os pressupostos básicos, entretanto, foram aqui delineados. Tais considerações teóricas serão subsidiadas pelo trabalho da própria CPA frente às análises que se fizerem necessárias.

Importante destacar que a este Regulamento segue a incursão de uma avaliação como processo participativo, priorizando a melhoria dos serviços prestados pela instituição em questão. Trata-se, pois, de criar mecanismos mais efetivos de participação dos atores envolvidos no processo, possibilitando maior compromisso com o que efetivamente vem sendo realizado no interior do ensino superior.

Acreditar no resgate do profissional como verdadeiro agente de transformação das próprias condições de trabalho é aspecto salutar de um empreendimento de autoavaliação institucional. Refletindo sobre valores priorizados, outros encobertos e nem sempre explícitos é um aspecto do processo avaliativo que pode colaborar para uma redefinição de funções, competências e posturas acadêmicas. Não se avalia apenas para julgar e sim para operar mudanças necessárias e desejadas.

8.2 Operacionalização:

Para empreender e efetuar a realização deste projeto, é importante considerar algumas diretrizes básicas de trabalho, a saber:

- A CPA se articulará com grupos de trabalho através de reuniões bimestrais para orientações gerais;
- Cada grupo deverá efetuar estudos próprios sobre os documentos do SINAES;
- Todas as autoavaliações empreendidas deverão ser trabalhadas de maneira qualitativa e quantitativa em seus instrumentos;
- Os representantes de turma (alunos) deverão estar articulados com os grupos de trabalho;
- Todos os grupos de trabalho deverão considerar a articulação ensino, pesquisa e extensão em seus indicadores;
- Os grupos de trabalho serão formados a partir das dimensões que deverão ser avaliadas.

Eixos/Dimensões a serem Avaliados:

Os grupos de trabalho operarão de acordo com cinco eixos que contemplam as dez dimensões que deverão ser avaliadas na Instituição. Tais eixos estão baseadas no documento do próprio SINAES e outros, correspondendo ao contexto específico da Faculdade de São Paulo.

Eixo 1

- Dimensão 8 - Processos de Avaliação: Adequação da autoavaliação ao PDI, PPI e outros planos institucionais; Procedimentos de Avaliação e resultados produzidos; Grau de dificuldades e mudanças necessárias; Efeitos dos processos de autoavaliação nas dimensões estudadas.

Eixo 2

- Dimensão 1 - Missão e o Planejamento Institucional: Avaliação da articulação do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), e os Projetos Pedagógicos de Curso

(PPCs); Perfil de ingressantes e egressos esperados pela Instituição; coerência das ações planejadas com a missão institucional; Concretização das práticas pedagógicas identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades; Relação do PDI com o contexto social e econômico em que a Faculdade de São Paulo está inserida; Grau de conhecimento e apropriação do PDI pela comunidade acadêmica;

- Dimensão 3 - Responsabilidade Social: Verificação do compromisso e contribuições da Faculdade de São Paulo em ações que envolvem responsabilidade social privilegiando a Inclusão Social, o Desenvolvimento Econômico e Social, a Preservação do Meio-Ambiente e a Memória e Patrimônio Cultural através de políticas de intervenção interna e externa; melhoria da qualidade dos serviços; correspondência às necessidades do seu entorno; Ações voltadas para a formação da cidadania e da inclusão social de alunos, funcionários e professores.

Eixo 3

- Dimensão 2 - Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão

    - Graduação: Concepção e organização curriculares; Programas de ensino; Atuações docentes; Produtividade discente; Condições físicas adequadas; Programas de apoio ao estudante; Sistema de Nivelamento, Sistema de monitorias; Planos de estágios; Uso de novas tecnologias educacionais; Estudos referentes às Diretrizes Curriculares Nacionais; etc.;

    - Pesquisa: Produtividade e relevância de dissertações e teses para as necessidades sociais e científicas; Intercâmbio nacional e internacional; Formação de núcleos de pesquisa; Políticas de divulgação das produções; Práticas de formação de pesquisadores; Programas em andamento; Avaliação e dados da Capes; Condições físicas adequadas; Articulação com o ensino de graduação e com a extensão; Políticas de auxílio para eventos nacionais e internacionais; Programa de bolsas; Formação de pesquisadores e profissionais para o magistério superior;

    - Extensão: Participação dos estudantes, professores e funcionários e respectivos impactos; Formas de avaliação das atividades e de modalidades de extensão; Relação com ensino e pesquisa;

- Dimensão 4 - Comunicação com a sociedade: Identificar as formas de aproximação com a comunidade, buscando fazer com que a atividade acadêmica se comprometa com a melhoria das condições de vida da mesma. Dentre elas, verificar a

comunicação INTERNA e EXTERNA sob os aspectos de ferramentas, meios, clareza e atualidade das informações. Avaliação da imagem da Faculdade de São Paulo, junto à comunidade externa.

- Dimensão 9 - Políticas de atendimento ao estudante: Políticas de acesso, seleção e permanência dos estudantes; Políticas de participação dos estudantes nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e intercâmbio da Faculdade de São Paulo; Mecanismos de estudos sobre evasões, repetências, relação professor-aluno; Mecanismos de acompanhamento de egressos e de criação de educação continuada; Grau de participação dos egressos na vida acadêmica;

Eixo 4

- Dimensão 5 – Política de Recursos Humanos: Qualidade de serviço; Condições de trabalho; Clima organizacional; Política de carreira para os corpos docente e técnico-administrativo; Critério de admissão e de progressão; Programas de Qualificação Profissional; Processos e planos de preparação à aposentadoria;

- Dimensão 6 - Organização e Gestão da Instituição: Plano de gestão adequado à missão institucional; Modos de participação e funcionamento dos órgãos colegiados; Mecanismos e investimentos de comunicação com a sociedade; Organogramas e modos de participação de toda a comunidade acadêmica; Adequação da Infraestrutura da Instituição, desde salas de aula, laboratórios, equipamentos de informática, rede de informações e biblioteca; Políticas institucionais de conservação, atualização e segurança; Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão;

- Dimensão 10 - Sustentabilidade financeira: Avaliar a capacidade de administração financeira da Faculdade de São Paulo as garantias de sustentabilidade e continuidade dos compromissos institucionais.

Eixo 5

- Dimensão 7 - Infraestrutura física: Avaliação da infraestrutura física e tecnológica existentes na Faculdade de São Paulo para o atendimento ao ensino, pesquisa e extensão com vistas à definição de propostas de adequação. Deverão ser consideradas as políticas de expansão, conservação e segurança previstas em relação à demanda.

Os Grupos de Trabalho serão compostos pelos membros da própria CPA que também poderão contar com convidados dentre o corpo diretivo, docente ou discente da instituição. Cada Grupo tratará de um ou dois eixos sinalizados pelo SINAES, conforme o que se segue:

O Eixo 1, que se refere à Dimensão 8: Processos de Avaliação, e o Eixo 4, que se refere à Dimensão 5: Avaliação administrativa docente e técnico-administrativo e condições de trabalho, à Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição e à Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, serão objeto do trabalho do GRUPO 1.

O Eixo 2, que se refere à Dimensão 1: Missão e o Planejamento Institucional e à Dimensão 3: Responsabilidade Social, e o Eixo 3, que se refere à Dimensão 2: Avaliação de Ensino – Graduação, Pesquisa e Extensão, à Dimensão 4: Comunicação com a sociedade e à Dimensão 9: Políticas de atendimento a estudantes e egressos e avaliação dos ingressantes e egressos, serão objetos do trabalho do GRUPO 2.

Serão de responsabilidade do GRUPO 3 os trabalhos referentes ao Eixo 5, ou seja, à Dimensão 7: Infraestrutura física e recursos de apoio.

Os grupos de trabalho terão um prazo estipulado através de Portaria para apresentar detalhamentos do Projeto de Autoavaliação que compreendem: indicadores, instrumentos de avaliação, cronograma de atividades e funções de seus membros. Estes planos setoriais deverão corresponder ao cronograma apresentado pela CPA, bem como atender às orientações da CPA, apoiada nos documentos dos SINAES.

8.3 Instrumentos de Avaliação:

Após a constituição das subcomissões, os grupos deverão, a partir dos eixos e das dimensões acima delineados, definir os instrumentos de avaliação e os indicadores correspondentes. Os instrumentos devem proporcionar dados qualitativos (grupo focal, entrevistas, observações) bem como dados quantitativos (questionários, documentos, Projetos, Avaliações Setoriais, planilhas) e que sejam viáveis e fidedignos para a adequada avaliação pela CPA.

8.4 Etapas de Preparação

- Sensibilização: apresentação da proposta SINAES a toda a comunidade acadêmica através de reuniões por setores, a saber: Corpo diretivo, Corpo docente, Corpo discente, Corpo técnico-administrativo;
- Reuniões internas com os segmentos institucionais sobre SINAES e CPA, efetuando estudos teóricos para subsidiar a elaboração da proposta por setores;
- Encontros mensais da CPA para elaboração do Estatuto e Regimento e estudos teóricos dos documentos disponibilizados pelo INEP.

- Preparação e aplicação da avaliação junto aos alunos e professores, dando continuidade ao processo permanente de autoavaliação.

8.5 Etapas de Elaboração da Proposta

- Análise das avaliações realizadas pela CPA junto aos diversos segmentos presentes na instituição;
- Constituição dos grupos de trabalho para análise e reelaboração do processo avaliativo e avaliação das 10 dimensões definidas pelo CONAES;
- Criação de homepage da CPA para recebimento de propostas de toda a comunidade para a autoavaliação da instituição;
- Estruturação final da proposta de avaliação pela CPA;

8.6 Etapas de Desenvolvimento da Autoavaliação

- Sensibilização por meio de atividades de caráter interno, com participação de funcionários, professores, alunos e ex-alunos para levantamento de instrumentos e dados de avaliação referentes à Instituição. Os grupos de trabalho discutirão a autoavaliação e, destas discussões, resultarão documentos setoriais delineando compromissos e ações;
- Criação do Banco de Dados, congregando todos os dados quantitativos já existentes na Instituição. Este trabalho ficará a cargo de um docente, que reverterá os dados em forma de pesquisa de Iniciação Científica;
- Trabalho dos grupos, com reuniões mensais para efetuar estudos específicos de cada grupo conforme proposta citada;
- Cada grupo elaborará indicadores e instrumentos para a realização da avaliação;
- Reuniões específicas da CPA com cada grupo para delineamento de indicadores e instrumentos de avaliação;
- Apresentação, feita pelos grupos, dos planos de autoavaliação a CPA;
- Aplicação de instrumentos de avaliação pela CPA;
- Sensibilização por meio de atividades de reflexão da Avaliação da Faculdade de São Paulo para apresentação dos dados coletados e debate acerca do processo de auto estudo da instituição;
- Efetuação dos relatórios parciais e finais de autoavaliação pela CPA.
-

8.7 Pessoal Envolvido

A presente proposta pretende envolver os profissionais que prestam serviços à comunidade acadêmica, desde funcionários, professores, coordenadores de curso e de núcleos até o corpo diretivo.

Na constituição do plano de execução, estabelecer-se-á uma forma de efetuar micro avaliações por setores e refazer o percurso com subcomissões, num segundo momento.

Os alunos estarão envolvidos em todos os momentos do auto estudo, seja através de avaliações sucessivas, seja através da participação nas subcomissões de estudo teórico e aferição de dados.

Os sujeitos externos à Instituição serão convidados a formarem uma representação como avaliadores *add hoc*, através de escolhas aleatórias, aproveitando e potencializando a participação de ex-alunos, ex-funcionários e ex-professores.

A Autoavaliação institucional da FACULDADE DE SÃO PAULO deverá ser coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme orientações definidas pela CONAES e INEP, e os indicadores de qualidade calculados com base nos dados coletados e, também, as recomendações advindas das avaliações externas, consonantes com as dimensões da SINAES, que são:

1. a política para o ensino, a extensão, a pós-graduação e as respectivas formas de a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
2. operacionalização;
3. a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
4. a comunicação com a sociedade;
5. as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
6. organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
7. infraestrutura física, especialmente a de ensino, de biblioteca, recursos de informação e comunicação;

8. planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
9. políticas de atendimento aos estudantes;
10. sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

8.8 Questionários de Avaliação

O Questionário de Avaliação para os professores objetiva avaliar os aspectos relativos à divulgação do processo de autoavaliação, a responsabilidade institucional, organização e gestão institucional, sustentabilidade financeira, políticas de pessoal, comunicação com a sociedade e infraestrutura e as políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão.

As perguntas formuladas tem as opções de resposta: ÓTIMO, BOM, REGULAR, RUIM ou NÃO SE APLICA.

Os questionários para os alunos, além destes quesitos, tem também a avaliação dos docentes.

8.9 Cronograma de atividades da CPA

Ações	Maio 18	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro 19	Fevereiro	Março	Abril
Portaria de Nomeação ou recondução dos membros CPA	X											
Formação de equipe de trabalho	X											
Encontros da equipe CPA para organizar e desenvolver estratégias de maneira integrada a partir da percepção dos diferentes segmentos que compõem a comissão.	X											

Sensibilização: Encontros com representantes de turmas, visitas em salas de aulas, seminários, exposição de cartazes, informativos, site, entre outros, para alimentar a cultura avaliativa da IES.		X										
Plano de Melhorias: ações planejadas a partir dos resultados.		X										
Divulgação dos resultados à comunidade acadêmica.		X										
Período da Autoavaliação												
Sensibilização				X	X	X						
Período de Autoavaliação							X					
Análise dos resultados.								X				
Divulgação dos resultados à comunidade acadêmica.							X	X				
Plano de Melhorias - ações planejadas a partir dos resultados.								X	X			
ENADE												
Sensibilização				X	X	X						
Análise dos resultados.								X				
Divulgação dos resultados à comunidade acadêmica.								X				
Plano de Melhorias - ações planejadas a partir dos resultados.								X				
Avaliações externas de curso/IES.										X		
Análise dos relatórios junto aos coordenadores de cursos.							X					
Elaboração do Plano de Melhorias, por curso.							X					
Reuniões com a Direção, Coordenações de Cursos para análise do PDI.							X					
Elaboração do relatório de autoavaliação								X				
Envio do Relatório para a apreciação dos dirigentes da IES e da Diretoria										X		

Acadêmica													
Divulgação dos resultados à comunidade acadêmica.												X	
Parecer da Diretoria Acadêmica												X	
Conclusão do Relatório CPA													X

9. Desenvolvimento

9.1 Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

EIXO	DIMENSÃO	INDICADOR		CONTEMPLADO NO PDI?		CONSIDERAÇÕES REFERENTES À ANÁLISE DO PDI E SE HOUVE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA
				SIM	NÃO	
EIXO 1 Planejamento e Avaliação Institucional	Dimensão 8	1.1	Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.	X		A CPA da instituição foi constituída em 26.05.2005, em atendimento à Lei no. 10.861/04 e Portaria MEC 2.051/04. A partir daí continua empreendendo esforços para aprimorar o seu funcionamento. O objetivo é estar sempre melhorando não só o processo avaliativo, mas também a implementação das mudanças advindas das requisições da comunidade acadêmica.
		1.2	Projeto/processo de autoavaliação			O processo de avaliação

			institucional.	X		institucional acha-se bem descrito no PDI. Possui uma equipe para realizar o planejamento e a organização das atividades. Essa mesma equipe é responsável por criar uma cultura de avaliação na instituição.
		1.3	Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica.	X		O processo de sensibilização realizado permite que se desperte o interesse dos alunos, professores e funcionários.
		1.4	Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados.	X		Os resultados da avaliação foram apresentados à comunidade acadêmica através do site da instituição, da TV Uniesp e do boletim interno. Foi apresentado um relatórios dos pontos fracos com as respectivas ações a serem implementadas.
		1.5	Elaboração do relatório de autoavaliação.	X		O Relatório de Autoavaliação é um instrumento útil a toda comunidade acadêmica, devendo dele tomarem conhecimento

					porque constitui ferramenta decisiva para as mudanças e a melhoria do processo educativo.

A equipe responsável pela coordenação da Avaliação Institucional tem como atribuição dar suporte à CPA nas ações avaliativas, entregando informações e indicadores úteis à gestão acadêmica da IES, junto aos diversos cursos.

A autoavaliação é voluntária e de caráter sigiloso, razão pela qual todo o processo é informatizado e de acesso exclusivo pelo aluno. Assim, os discentes terão maior liberdade para responder aos questionários.

Cabe à CPA a condução do processo de avaliação interna institucional, de sistematização e de prestação de todas as informações solicitadas pelos órgãos governamentais, nos termos do artigo 11, incisos I e II e no art. 12, ambos da Lei n.º 10.861, de 14/04/04, que *Instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior* – ***SINAES.***

A Avaliação Institucional é realizada através da *home page* da instituição, permitindo que a comunidade acadêmica possa participar. Neste sentido, procurou-se desenvolver uma incisiva conscientização dos docentes, discentes e pessoal técnico-administrativo sobre a importância da participação no processo avaliativo.

O acesso ao questionário digital se dá através de senha de acesso, sendo que as respostas ficam armazenadas em uma base de dados, sem identificação do participante, para garantir a segurança do processo.

Para viabilizar a participação efetiva dos alunos, a instituição disponibilizou todos os seus laboratórios, com a assistência técnica dos respectivos responsáveis, para aqueles que eventualmente tivessem alguma dificuldade de acesso. Além disso, existem computadores na biblioteca e na sala de professores.

9.2 Autoavaliações Institucionais

Os processos de avaliação que acontecem na Faculdade de São Paulo, são: Avaliações de IES (credenciamento/ recredenciamento); Avaliações de Cursos (autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento); o Enade, que com seus resultados, juntamente com a

análise do Censo da Educação Superior, geram indicadores de qualidade (ICG e CPC) e a Autoavaliação Institucional.

Todos os resultados são analisados, como explicado nos itens acima, para promover uma autoavaliação, autoanálise e autoconhecimento em toda a IES, a fim de potencializar os pontos positivos e superar os negativos. Essa autoavaliação se reflete em planos de ações prevendo melhorias contínuas.

A Faculdade de São Paulo desenvolve a avaliação institucional alinhada aos princípios fundamentais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), conforme disposto nos documentos publicados pela CONAES, sem deixar de contemplar as suas particularidades.

O processo de Avaliação Institucional, trata-se de um questionário eletrônico no qual explicita de forma simples e forte o seu objetivo e estimula a ação dos participantes.
Os componentes da CPA, junto aos Coordenadores de Cursos, Docentes, Alunos Representantes de Turmas, preveem a realização de ações articuladas para a conscientização e a sensibilização da autoavaliação institucional, bem como a elaboração e organização de ações estratégicas para o envolvimento e participação dos discentes no programa.

Nesse sentido, o papel da CPA se traduz na conversão de dados e informações em conhecimento estratégico, de forma integradora, participativa e reguladora, na produção de subsídios que contribuem com o planejamento estratégico da instituição. E, ainda, possibilita a necessária transparência e participação de toda a comunidade acadêmica nos processos avaliativos institucionais.

A CPA é um órgão autônomo em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados da IES e sua composição dá-se conforme preconiza o art. 11 da Lei nº 10.861/2014 e do § 2º, incisos I e II do Art. 7º da Portaria MEC nº 2.051/2004, que a regulamentou, com a finalidade de conduzir os processos de autoavaliação da instituição, composta por:

I – Representante do Corpo Discente.
II – Representante do Corpo Técnico-Administrativo.
III – Representante do Corpo Docente.
IV – Representante da Sociedade Civil Organizada.
V – Representante da Coordenação de Curso.

Como atribuição da Comissão, temos a coordenação do processo interno de avaliação institucional, geralmente representada pelo docente, que estimula, orienta, sensibiliza, acompanha e articula com a comunidade acadêmica para participar e quebrar paradigma de

que a avaliação é punitiva. Nosso maior objetivo é promover a cultura do processo avaliativo de forma positiva e formativa, com vistas às melhorias contínuas a partir da análise dos resultados alcançados, para posterior tomada de decisões e divulgação a todos os atores envolvidos.

A CPA é responsável pela compilação dos resultados da autoavaliação institucional e das avaliações externas em consonância com o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da instituição. Consideram-se, também, os resultados obtidos no ENADE, nos Indicadores de Qualidade (IGC, CPC).

9.3 Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional
Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

EIXO	DIMENSÃO	INDICADOR		CONTEMPLADO NO PDI?		CONSIDERAÇÕES REFERENTES A ANÁLISE DO PDI E SE HOUVE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA / RECREDENCIAMENTO.
				SIM	NÃO	
EIXO 2 Desenvolvimento	Dimensões 1 e 3	2.1	Missão institucional, metas e objetivos do PDI.	X		O PDI contempla a missão da IES, a partir da qual se tem as metas e objetivos. A Missão foi bem divulgada para toda a comunidade acadêmica através do site, da TV Uniesp e dos boletins internos.
		2.2	Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação.	X		O PDI descreve com clareza as atividades de ensino dos cursos de graduação, estando em consonância com os PPCs.
		2.3	Coerência entre o PDI e as práticas de extensão.	X		As atividades de extensão estão bem definidas no PDI, alinhadas à missão e aos objetivos institucionais.

Institucional						Realizaram-se diversas palestras para os alunos dos diversos cursos. Além disso, os serviços de atendimento à comunidade realizados pelos alunos dos cursos de Enfermagem, Direito e Serviço Social são bastante utilizados. Tivemos ainda a Semana de Pedagogia, a Semana de Educação, a Semana da Enfermagem com palestras, cursos e apresentação de trabalhos. O Núcleo de Práticas Jurídicas também tem um papel importante junto à comunidade.
		2.4	Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.	X		Os alunos são instigados à iniciação científica e à pesquisa como forma de aprofundar conhecimentos. Essas ações estão delineadas no PDI. Da mesma forma, os professores têm participado de pesquisas resultando em vários artigos publicados.
		2.5	Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à	X		De forma transversal ou através de disciplinas eletivas, a IES contempla o apoio a todas essas questões, detalhadas no PDI, trazendo palestrantes e eventos culturais sobre os temas. A IES tem desenvolvido

			memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.			ações de conscientização da defesa do meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural através de visitas programadas, pesquisas, aulas, disciplinas eletivas, palestras e seminários.
		2.6	Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social.	X		A IES entende ser instrumento capaz de colaborar para a mudança do seu entorno, razão pela qual se preocupa com as atividades de extensão. Os programas de estágio e convênios possibilitam a aproximação com o mundo do trabalho, permitindo que o discente possa dar início a uma mudança de vida.
		2.7	Coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social: inclusão social.	X		A IES mantém um programa de bolsas de estudo e convênios com várias instituições como forma de possibilitar a inclusão dos alunos menos favorecidos, além do Fies.
		2.8	Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial.	X		A prática da acessibilidade e da inclusão, a partir dos programas da IES, reafirmam o compromisso com o respeito aos direitos e igualdade étnico-racial, como expresso no PDI. Os professores são

						orientados a trabalhar esses temas e incluírem textos específicos em suas avaliações. A prática da solidariedade, da tolerância, da vida social digna, do respeito a todas as diferenças é uma prática na instituição.
		2.9	Internacionalização: coerência entre o PDI e as ações institucionais.	X		A IES procura formar um cidadão consciente, digno, conhecedor dos seus direitos e deveres, capaz de atuar num mundo em constante mudança. Assim, esse aluno é preparado para atuar em qualquer lugar. Esse é o perfil do egresso expresso no PDI.

Dimensão 1:

O Plano de Desenvolvimento institucional 2017-2021 traz a missão institucional de “alcançar a oferta e a prática de uma educação solidária, possibilitando o saber para ser e fazer”, consubstanciada na sua visão de “expansão do ensino de qualidade, possibilitando a inclusão das pessoas menos favorecidas, por todas as regiões do território brasileiro.

Os cursos de graduação da instituição devem proporcionar ao aluno uma formação sólida, preparando-o para o exercício da profissão e para uma visão multidisciplinar, dentro dos preceitos da ética e da responsabilidade. Busca-se, assim, proporcionar ao aluno uma formação integral, onde é motivado a construir o seu conhecimento e compreender a complexidade do mundo em que atua.

Dimensão 3:

A Faculdade de São Paulo está localizada no centro da capital de São Paulo, recebendo alunos de vários bairros, especialmente alunos de baixa renda, que podem ter acesso aos estudos através das várias modalidades de financiamento da educação como o FIES, ProUni e o financiamento próprio.

A Faculdade de São Paulo possui um histórico consistente de relações e parcerias com a comunidade local e regional. Através dos projetos sociais, a instituição desenvolve mecanismos que possam contribuir para a redução da inércia que impedem que os alunos alcancem um salto qualitativo social.

9.4 Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão
Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade
Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

EIXO	DIMENSÃO	INDICADOR		CONTEMPLADO NO PDI?		CONSIDERAÇÕES REFERENTES A ANÁLISE DO PDI E SE HOUVE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA/ RECREDENCIAMENTO.
				SIM	NÃO	
Eixo 3 Políticas Acadêmicas	Dimensões 2, 4 e 9	3.1	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação.	X		As políticas de ensino acham-se bem descritas no PDI. Consistem em ações para levar o ensino ao maior número de pessoas, oferecendo uma educação de qualidade. Tais políticas se resumem no reexame contínuo dos planos de cursos, no investimento em qualificação dos colaboradores, na melhoria dos recursos didáticos, no acompanhamento ao aluno e na avaliação institucional. Os PPCs são revisados para se adequarem às novas demandas, com currículos flexíveis e conteúdos que atendam à

						formação do aluno e perfil do egresso.
		3.2	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação stricto sensu.		X	A IES não dispõe de cursos de mestrado
		3.3	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação lato sensu.		X	A IES não dispõe de cursos de especialização.
		3.4	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.	X		Os PPCs dos cursos especificam as atividades de pesquisa como grande recurso para estimular a aprendizagem e produzir novos conhecimentos. A IES tem contribuído para que os alunos sejam motivados à iniciação científica e os professores já possuem artigos publicados e disponíveis na Revista Tema e no site.
		3.5	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão.	X		As ações que promovam a participação da população nas atividades acadêmicas, como objeto ou recurso de aprendizagem, objetivando o diálogo, a troca em busca de conquista e benefícios, a

						partir de procedimentos técnico-científicos que possam contribuir para o êxito das atividades acadêmicas e a melhoria do padrão de vida social, cultural, intelectual dos envolvidos
		3.6	Políticas institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.	X		A IES estimula a participação dos docentes e discentes em congressos, simpósios e eventos visando à melhoria do conhecimento e difusão do saber. Os eventos realizados como Semana de Pedagogia, Semana da Educação, Semana da Enfermagem, dentre outros, visa trazer questões atuais para debate.
		3.7	Comunicação da IES com a comunidade externa.	X		As normas e procedimentos institucionais são divulgados através de boletins eletrônicos e do portal do aluno e do professor. A Ouvidoria permite que todos enviem reclamações, dúvidas ou sugestões. A Revista Tema disponibiliza os artigos publicados.
		3.8	Comunicação da IES com a comunidade	X		A IES dispõe do Sistema de Gestão Acadêmica para uso dos professores,

			interna.			alunos e funcionários com informações acadêmicas, financeira e de biblioteca. A TV Uniesp divulga notícias da IES, projetos dos alunos, carreira dos egressos, publicações dos docentes e informações atualizadas sobre cursos. Os boletins internos fazem circular informações sobre as atividades acadêmicas. O site é fonte de consulta de toda a comunidade acadêmica quanto aos manuais, projetos e programas de cursos.
		3.9	Programas de atendimento aos estudantes.	X		A IES disponibiliza cursos de nivelamento, atendimento psicopedagógico, atendimento da coordenação, conforme previsto no PDI. Esta é uma forma de fixar o aluno e auxiliá-lo no seu desenvolvimento.

		3.10	Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente.	X		A IES disponibiliza espaço e apoio funcional para a realização de seminários, palestras e semanas pedagógicas.
		3.11	Política e ações de acompanhamento dos egressos.	X		A coordenação de curso é responsável pelo acompanhamento ao egresso. Os boletins

						informativos trazem vários depoimentos de egressos e suas áreas de atuação. Além disso, são convidados a participarem de todos os eventos da instituição, inclusive para ministrarem palestras.
		3.12	Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico.	X		Como se nota pelos boletins informativos, muitos egressos hoje são atuantes no mundo profissional, alguns são professores, trabalham em órgãos públicos e uma grande maioria está atuando na rede pública de educação.
		3.13	Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais.	X		O PDI traz um plano de inovação tecnológica. Nos projetos de cada disciplina, os professores são orientados a buscarem na tecnologia uma forma de preparar o aluno para os desafios da crescente era das TICs.

As políticas de ensino superior, ao mesmo tempo em que pretendem aumentar o número de estudantes no ensino do terceiro grau desejam, também, ampliar a qualidade dos cursos e das instituições como um todo. Para isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) propôs a diversificação do ensino superior, estimulando as instituições a buscarem sua missão e seus objetivos, com mais flexibilidade e com custos menores, adequando os conceitos de qualidade à própria missão proposta, desde que compatível com os propósitos maiores da educação nacional.

Enquanto o setor público sofre restrições orçamentárias que impedem uma atuação forte de investimento na educação, o setor privado vem introduzindo modificações na sua estrutura para atender à grande demanda pelo ensino superior.

Assim, a política de ensino da **FACULDADE DE SÃO PAULO**, para assegurar um ensino de qualidade, pode ser traduzida nas seguintes iniciativas:

- reexaminar continuamente os planos de cursos, orientados pela necessidade de prover uma formação continuada do indivíduo, em atendimento às necessidades sociais;
- investir na formação e qualificação dos colaboradores, como forma de garantir a qualidade na geração e disseminação do conhecimento;
- implementar a inovação nas atividades de ensino através de novos recursos didático-pedagógicos, com a integração de novas tecnologias;
- incentivar atividades extracurriculares dos alunos como forma de aproximar a vivência acadêmica à vivência profissional, desenvolvendo competências necessárias à atuação profissional;
- criar mecanismos de atenção e acompanhamento aos alunos, visando aumentar a sua autoestima e motivá-los em suas diversas atividades acadêmicas;
- garantir a efetividade das ações de avaliação institucional como forma de melhoria contínua e aperfeiçoamento do perfil do egresso pretendido;
- Atuar na pesquisa e na atuação constante em atividades de extensão;

Mecanismo de Nivelamento

Considerando as significativas defasagens dos alunos, especialmente em Língua Portuguesa e Matemática, a FACULDADE DE SÃO PAULO oferece aos seus alunos, ao longo do curso, cursos especiais destas disciplinas, num processo de ensino-aprendizado realizado a partir de metodologias diferenciadas que os auxiliem a vencer suas dificuldades básicas.

O perfil do estudante pessoas que ingressa na **FACULDADE DE SÃO PAULO** advém, em grande parte, de que não estudaram na época própria, resultando depois em cursos de Educação de Jovens e Adultos que, pela sua especificidade, não tem condições de dar uma formação mais ampla para o aluno, capaz de possibilitá-los a cursar uma graduação. É nessa perspectiva que a instituição procura trabalhar e desenvolver mecanismos capazes de produzir mudanças na prática acadêmica dos estudantes.

A política de nivelamento vem se consolidando na redução das defasagens de aprendizado escolar, visando ao preceito da igualdade de condições de acesso à informação e ao conhecimento, ao desejo de propiciar bases para a efetivação do processo de ensino e aprendizagem e gerar uma oportunidade de desenvolvimento para o discente.

As dificuldades a que esses alunos são portadores refletem na competência de utilizar conteúdos básicos na construção de leituras, análises, argumentações e associações de

dados quantitativos simples e também na utilização de recursos textuais – apropriação da compreensão das linguagens em diversos contextos, construindo abstrações, interpretações, opiniões, no âmbito comunicacional.

O projeto de nivelamento acha-se centrado numa concepção construtivista, partindo da natureza social e socializadora da educação, o qual pressupõe que a estrutura cognitiva do indivíduo está configurada por uma rede de esquemas de conhecimento. Ao longo da vida, estes esquemas são revisados, modificados, tornam-se mais complexos, mais ricos em relações e adaptados à realidade. A natureza dos esquemas de conhecimento de um aluno depende de seu nível de desenvolvimento e dos conhecimentos prévios que se pode construir.

A situação de aprendizagem pode ser concebida como um processo de comparação, de revisão e de construção de esquemas de conhecimento sobre os conteúdos. Para que este processo se desencadeie, não basta que os alunos se encontrem frente a conteúdos para aprender; é necessário que diante destes conteúdos eles possam atualizar seus esquemas de conhecimento, compará-los com o que é novo, identificar semelhanças e diferenças e integrá-los em seus esquemas, comprovar que o resultado tem certa coerência. Quando isto acontece, podemos dizer que está se produzindo uma aprendizagem significativa dos conteúdos apresentados.

Por outro lado, quando estas condições são insuficientes ou não estão presentes, a aprendizagem que se realiza é mais superficial e, no limite, pode ser uma aprendizagem mecânica, caracterizada pelo escasso número de relações que podem ser estabelecidas com os esquemas de conhecimento presentes na estrutura cognitiva e, portanto, facilmente submetida ao esquecimento.

Na concepção construtivista, o papel ativo e protagonista do aluno não se contrapõe à necessidade de um papel igualmente ativo por parte do educador e da instituição de ensino.

Apoio Psicopedagógico

A missão da instituição é alcançar a oferta e a prática de uma educação solidária, possibilitando a educação para todos e a inserção social por meio da qualidade de ensino, da atuação voltada para o desenvolvimento sustentável, contribuindo para a permanência com qualidade do discente, por meio de incentivos e apoios estudantis.

O sucesso do processo de ensino aprendizagem garante ao estudante a aquisição do conhecimento, merecendo um olhar especial do grupo gestor, tornando imprescindível a sua prática com excelência.

A maioria das dificuldades ou limitações cognitivas apresentadas no meio acadêmico são reflexos do fracasso ou do baixo desempenho acadêmico, sequelas de uma somatória de situações no percurso da vida escolar comprometendo a potencialidade cognitiva do sujeito aprendente. Muitos dos nossos alunos enfrentam estes problemas.

Deve-se propiciar condições e metodologias para que o sujeito estabeleça esta relação de forma eficaz e sustentável. A psicopedagogia tem como alvo de estudo o conhecimento. *Tem como objetivo* específico as formas de prevenir ou remediar os possíveis distúrbios que o impeçam ou dificultam, proporcionando ao sujeito caminhos para lidar com a sua própria condição de aprendizagem, estimulando-o e conduzindo-o à autonomia, livre e sem barreiras para as soluções de seus problemas. Portanto, este apoio tem como objetivo atuar de forma multidisciplinar nos processos de aprendizagem, não só quando da apresentação das dificuldades, mas principalmente na prevenção das mesmas.

A psicopedagogia estuda as características da aprendizagem humana: como se aprende, como essa aprendizagem evolui condicionada a vários fatores, como produzem as alterações na aprendizagem, como reconhecê-las, tratá-las e preveni-las.

As características apresentadas como dificuldades de aprendizagem, compromete o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas. Estas limitações impedem também as propostas coorporativas e a sua inserção no mundo acadêmico, tornando as relações interpessoais em constantes conflitos. O público alvo atendido pelo Departamento de Apoio Psicopedagógico privilegia os alunos; porém, os professores e demais funcionários, sempre que necessário, recebem as orientações pertinentes para a eficiência de suas atividades e funções, pois entende-se que todos os envolvidos, direta ou indiretamente no processo de ensino aprendizagem, compõem o grupo de educadores.

Apoio à Participação em Eventos

A **FACULDADE DE SÃO PAULO** assume, como política institucional, o ato de apoiar os alunos para que participem de eventos que possam contribuir para a atualização e aperfeiçoamento de sua formação. Este apoio é realizado na forma de orientação por parte dos coordenadores e professores, incentivos e acompanhamento para a publicação de artigos científicos, participação em eventos pedagógicos, congressos, seminários, encontros e outras atividades voltadas para a melhoria pedagógica do aluno.

A FACULDADE DE SÃO PAULO realiza anualmente as Semanas da Educação, para todos os seus cursos, com o objetivo de realizar palestras, mesas redonda e seminários, nas diversas áreas, além da participação dos alunos na organização de salas-ambiente, teatro e

seminários. Os egressos são convidados a participarem como palestrantes ou ouvintes, ocasião em que se valoriza o intercambio.

A IES patrocina a realização de palestras de orientação para a comunidade existente no entorno da instituição, realiza campanhas de controle e orientação da saúde. O Núcleo de Práticas Jurídicas orienta várias pessoas.

9.5 Eixo 4: Políticas de Gestão

Dimensão 5: Políticas de Pessoal
Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição
Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

	DIMENSÃO	INDICADOR		CONTEMPLADO NO PDI?		CONSIDERAÇÕES REFERENTES A ANÁLISE DO PDI E SE HOUVE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA/ RECREDENCIAMENTO
				SIM	NÃO	
Eixo 4 Políticas de Gestão	Dimensões 5, 6 e 10	4.1	Política de formação e capacitação docente.	X		A IES disponibiliza, a cada semestre, uma semana de planejamento que inclui palestras de formação docente. Além disso, os docentes são motivados a continuarem os estudos para aprimoramento e atualização.
		4.2	Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo.	X		Os cursos e palestras constantes realizados com o pessoal técnico-administrativo permite a atualização de conhecimento e o treinamento para novos colaboradores. Além disso, vários estão fazendo um curso de graduação ou a segunda graduação.

		4.3	Gestão institucional.	X		A gestão é conduzida por uma Diretoria Geral, auxiliada por seus assessores e pelos coordenadores de cursos. O PDI explica tais políticas tendo em vista que a implementação de estratégias para o alcance das metas devem produzir resultados mensuráveis para o acompanhamento e monitoração da qualidade. As ações estão definidas no PDI.
		4.4	Sistema de registro acadêmico.	X		O sistema permite o controle da vida acadêmica do aluno, de forma segura e rápida, atendendo portanto às necessidades dos professores, funcionários e alunos.
		4.5	Sustentabilidade financeira.	X		Pelos relatórios financeiros constata-se a plena capacidade da instituição para a realização dos seus objetivos sociais e continuidade da sua atuação. O programa de bolsas adequa o valor das mensalidades à capacidade de pagamento dos alunos. Além disso, o setor financeiro atende aos alunos em dificuldade, elaborando propostas de parcelamento que atendam às suas necessidades. A inadimplência está em níveis muito favoráveis.

		4.6	Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional.	X		Os relatórios apresentados ao CONSU demonstram que as peças orçamentárias apresentadas guardam coerência com o realizado. As variações existentes são normais ao ramo de negócio. Houve uma maior diferença nas receitas oriundas pela baixa procura, fato vivenciado por todas as instituições.
		4.7	Coerência entre plano de carreira e a gestão do corpo docente.	X		O Plano de Carreira Docente acha-se bem estruturado, possibilitando uma progressão na carreira em função de tempo de serviço, atuação e formação. Os professores têm conhecimento do respectivo plano.
		4.8	Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo técnico-administrativo.	X		O Plano de Carreira para os funcionários administrativos também acha-se bem estruturado. Há necessidade de periodicamente fazer conhecer aos funcionários.

A importância da CPA é evidenciada principalmente nos momentos em que os resultados passam a ser discutidos internamente, envolvendo todos os segmentos, entre eles NDE, docentes, discentes, funcionários técnico-administrativos e os representantes da sociedade civil organizada, que juntos realizam aquilo que denominamos como Requalificação dos Dados, ou seja, a discussão interna dos resultados e quais as ações que deverão ser implementadas para que os índices abaixo da média possam ser melhorados nas próximas avaliações.

Dessa discussão emergem as ações prioritárias para a execução das melhorias.

O conjunto de ações realizadas pela CPA – e também por todos os envolvidos com a comunidade acadêmica – apontados em relatórios passados culminaram em melhorias

percebidas pelo alunado ao longo dos anos, o que permitiu a expansão e o melhor acolhimento da IES pela comunidade local.

A divulgação e análise dos resultados se dá através da CPA, Comissão Permanente de Avaliação, em reuniões periódicas com direção, coordenação de cursos, docentes e discentes da instituição e representante da sociedade civil organizada. A partir da análise dos resultados, são criados Planos de Ações que serão postos em prática pela CPA e apoiados pelos Colegiados de Curso.

Plano de Carreira Docente

O Plano de Carreira Docente detalha as formas de ingresso, regime de trabalho, bem como remuneração, promoção, afastamento, desenvolvimento profissional, direitos e deveres, de forma a propiciar a implantação segura das funções de ensino, pesquisa e extensão previstas.

O quadro do magistério da instituição é constituído por quatro categorias e quatro níveis e estão detalhadas no respectivo Plano de Carreira:

- Professor Especialista I a IV ;
- Professor Mestre I a IV;
- Professor Doutor I a IV;
- Professor Pós-Doutor I a IV .

O Programa de Educação Continuada beneficia o corpo docente, sendo uma ação já implementada na instituição, expressa num conjunto de ações e instrumentos que têm por objetivo o oferecimento de cursos, em todos os níveis, especialmente de pós-graduação stricto e lato sensu na própria instituição ou em outras instituições, através de bolsas de estudo totais ou parciais, auxílio financeiro para realização de programas de pós-graduação e participação em feiras, congressos, seminários e conferências.

Plano de Carreira do pessoal técnico-administrativo

O Plano de Carreira detalha as formas de ingresso, regime de trabalho, bem como remuneração, promoção, afastamento, desenvolvimento profissional, direitos e deveres do funcionário.

O plano de carreira do Corpo Técnico-Administrativo detalha as formas de ingresso, regime de trabalho, remuneração, promoção, afastamento, desenvolvimento profissional e direitos

e deveres, de forma a propiciar a implantação segura das funções de ensino, pesquisa e extensão previstas.

O quadro do corpo técnico administrativo da instituição é constituído por cargos que estão detalhados no Plano de Carreira.

O Programa de Educação Continuada beneficia os funcionários técnico-administrativos, sendo uma ação já implementada na instituição, expressa num Pessoal conjunto de ações e instrumentos que têm por objetivo o oferecimento de cursos em todos os níveis, inclusive graduação, na própria instituição ou em outras instituições, através de bolsas de estudo totais ou parciais, auxílio financeiro para realização de programas de pós-graduação e participação em eventos de interesse para o aperfeiçoamento do colaborador.

9.6 Eixo 5: Infraestrutura Física

Dimensão 7: Infraestrutura Física

EIXO	DIMENSÃO	INDICADOR		CONTEMPLADO NO PDI?		CONSIDERAÇÕES REFERENTES A ANÁLISE DO PDI E SE HOUVE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA/ RECREDENCIAMENTO
				SIM	NÃO	
Eixo 5 Infraestrutura Física	Dimensão 7	5.1	Instalações administrativas.	X		As instalações administrativas estão bem descritas no PDI e nos Planos de Cursos. Além disso, estão em bom estado de conservação e são suficientes para a execução dos trabalhos.
		5.2	Salas de aula.	X		Da mesma forma, as salas de aulas apresentam boa luminosidade e boas condições de higiene.

						São amplas e próprias para o desenvolvimento das atividades docentes.
		5.3	Auditório(s).	X		O auditório permite a utilização para palestras, seminários e apresentações. Possui bom sistema de iluminação e som.
		5.4	Sala(s) de professores.	X		Está dotada de computadores, sala de estudos, ambiente para professores em tempo integral. O espaço é amplo, bem arejado e iluminado.
		5.5	Espaços para atendimento aos alunos.	X		O atendimento aos alunos é feito pelas coordenações. A recepção e secretaria dispõe de funcionários treinados e em número suficiente para o trabalho.
		5.6	Infraestrutura para CPA.	X		A CPA utiliza a Sala dos Colegiados que fica ao lado da sala de professores, local privilegiado porque facilita o contato com todos eles e com suas coordenações.
		5.7	Gabinetes/estações de trabalho para professores em Tempo Integral -TI.	X		Na sala de professores há estações de trabalho suficientes para atender aos professores em tempo integral.
		5.8	Instalações sanitárias.	X		São em número suficiente para atender

						a professores, funcionários e alunos. Alguns passaram por reforma para melhor adaptação.
		5.9	Biblioteca: infraestrutura física.	X		O espaço da biblioteca é amplo, o acervo está bem localizado e disposto em prateleiras, com toda a indexação para consulta. A bibliotecária e os auxiliares estão treinados para atender aos alunos e professores.
		5.10	Biblioteca: serviços e informatização.	X		A consulta pode ser eletrônica, existindo ainda uma biblioteca virtual que pode ser utilizada. O horário de funcionamento permite que os horários dos diversos turnos possam utilizar do serviço.
		5.11	Biblioteca: plano de atualização do acervo.	X		Conforme previsto no PDI, a atualização do acervo é feita periodicamente, através da necessidade de atualização dos títulos, por sugestão dos colegiados de cursos.
		5.12	Sala(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente.	X		A IES disponibiliza 3 laboratórios de informática para uso dos alunos, especialmente nas aulas, com acesso a

						Internet.
		5.13	Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação.	X		Está à disposição dos professores ainda aparelhos de data-show para utilização em suas aulas. A IES dispõe da TV Uniesp, do Informativo on-line e do site, canais importantes para a comunicação com toda a comunidade acadêmica.
		5.14	Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.	X		A IES dispõe de laboratórios específicos: brinquedoteca, Núcleo de Práticas Jurídicas, Enfermagem.
		5.15	Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços.	X		Há espaço para aulas de Corpo e Movimento, apresentação de peças teatrais.
		5.16	Espaços de convivência e de alimentação.	X		Há uma cantina no térreo e no 5º. Andar, com espaço de convivência composta por mesas com cadeiras e bancos.

Transcrevemos, a seguir, o resultado da Autoavaliação 2018:

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

		Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Não se Aplica
Funcionários	Como você avalia a missão da Instituição?	29,33%	48,07%	21,38%	0,00%	1,22%
	Como você avalia o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?	25,79%	41,12%	24,35%	5,22%	3,52%
	Como você classifica as atividades da Instituição quanto a pesquisa?	20,02%	45,12%	26,69%	4,12%	4,05%
	Como você avalia a atuação da instituição na oferta de cursos superiores?	28,54%	52,15%	11,82%	3,32%	4,17%
	Como você avalia a instituição quanto ao ensino prestado?	29,19%	51,22%	13,67%	2,74%	3,18%

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

		Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Não se Aplica
Funcionários	Como você avalia o desenvolvimento da instituição educacional das ações relativas à responsabilidade social e inclusão de estudantes em situação vulnerável (ProUni, FIES, bolsas e escola da família, entre outros)?	20,46%	46,12%	22,50%	8,78%	2,14%
	Como você avalia a política institucional em relação a inclusão de pessoas com deficiência?	13,98%	44,11%	26,17%	11,85%	3,89 %
	Como você avalia a participação da instituição educacional nas ações e eventos de responsabilidade social com a comunidade local?	17,54%	51,51%	21,23%	6,98%	2,74%

Eixo 4: Políticas de Gestão

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

		Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Não se Aplica
FUNC	Como você avalia o acesso da comunidade externa às atividades desenvolvidas pela instituição (Site, TV Uniesp, Mural, etc.)?	19,27%	48,03%	20,77%	5,35%	6,58%
	Como você classifica os sistemas de informação da instituição (Site, TV Uniesp, Mural, etc.)?	25,38%	46,32%	23,18%	5,12%	0%

Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 6: Organização e Gestão Institucional

		Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Não se Aplica
Funcionários	Como você avalia as ações (acadêmicas e administrativas) da direção da Instituição?	25,29%	47,24%	21,39%	3,59%	2,49%
	Como você avalia a participação da diretoria na solução de conflitos?	23,44%	49,89%	18,06%	4,49%	4,12%
	Como você avalia o desempenho da chefia imediata?	28,74%	44,05%	19,42%	5,20%	2,59%
	Como você avalia a sua satisfação em relação a divulgação das informações institucionais?	13,68%	45,32%	29,81%	9,15%	2,04%
	Como você avalia a adequação da divisão de trabalho entre os funcionários da instituição?	22,49%	34,61%	27,05%	14,28%	1,57%

Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

		Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Não se Aplica
FUN	Como você avalia a sustentabilidade financeira da instituição?	16,14%	43,08%	31,59%	7,30%	1,89%

Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

		Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Não se Aplica
Funcionários	Como você avalia as condições de trabalho oferecidas pela instituição?	8,33%	49,62%	30,24%	9,17%	2,64%
	Como você avalia a adequação do número de servidores às necessidades atuais da unidade?	10,57%	44,15%	32,50%	11,21%	1,57%
	Como você avalia a possibilidade de crescimento profissional na instituição?	11,22%	29,19%	34,82%	19,62%	5,15%
	Como você avalia os critérios para a Progressão Funcional?	12,38%	36,58%	32,56%	16,36%	2,12%

Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 7: Infraestrutura

		Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Não se Aplica
onári	Como você avalia a adequação das condições de facilidade de acesso e segurança da Instituição?	13,44%	36,18%	24,57%	24,76%	1,05%

	Como você avalia a manutenção e conservação das instalações físicas da Instituição?	9,41%	34,21%	33,96%	21,34%	1,08%
	Como você avalia as instalações e serviços da cantina?	9,33%	51,19%	23,42%	8,71%	7,35%
	Como você avalia as condições ambientais do seu local de trabalho quanto à acústica, luminosidade, ventilação e conservação?	8,55%	49,05%	29,23%	10,44%	2,73%
	Como você avalia a existência de processos/procedimentos para o desenvolvimento das suas atribuições?	13,46%	47,38%	30,76%	7,18%	1,22%
	Como você avalia a compatibilidade do horário de trabalho com a organização da vida no campus?	14,91%	53,65%	23,42%	5,89%	2,13%
	Como você avalia a disponibilidade de equipamentos para o desenvolvimento das suas atribuições?	11,65%	42,03%	37,61%	6,75%	1,96%

Autoavaliação

Autoavaliação

		Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Não se Aplica
Funcionários	Como você avalia seu conhecimento das atribuições do setor?	44,22%	46,30%	6,25%	3,23%	0%
	Como você avalia o conhecimento das suas atividades dentro do setor?	35,43%	56,44%	6,25%	2,78%	0%
	Como você avalia o seu relacionamento com a chefia imediata?	36,66%	52,59%	7,81%	2,94%	0%
	Como você avalia o seu relacionamento com os demais colegas do seu setor?	37,18%	54,78%	6,25%	1,79%	0%

Eixo 1: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

		Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Não se Aplica
Professores	Como você avalia a divulgação da Avaliação Institucional?	33,22%	37,40%	20,15%	7,48%	1,75%
	Como você avalia a atuação do Coordenador no processo de Avaliação Institucional	44,88%	34,28%	17,28%	3,56%	0%
	Como você avalia a atuação da CPA no Processo de Avaliação Institucional?	34,37%	37,36%	25,33%	1,12%	1,82%

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

		Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Não se Aplica
ote	Como você classifica o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da	42,46%	32,55%	17,79%	3,75%	3,45%

	Instituição?					
	Como você classifica a formulação dos objetivos e finalidades do PDI da Instituição?	38,91%	37,15%	14,14%	4,85%	4,95%
	Como você classifica as ações praticadas pela Instituição no PDI em consonância com o propósito em sua missão institucional?	33,06%	39,29%	15,41%	5,46%	6,78%
	Como você classifica as ações praticadas pela instituição na relação entre ensino, pesquisa e extensão?	21,58%	38,33%	29,57%	8,68%	1,84%

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

		Ótimo	**Bom**	**Regular**	**Ruim**	**Não se Aplica**
Professores	Como você avalia o desenvolvimento da instituição educacional das ações relativas à responsabilidade social e inclusão de estudantes em situação vulnerável (ProUni, FIES, bolsas e escola da família, entre outros)?	37,56%	45,46%	13,02%	3,96%	0,00%
	Como você avalia a política institucional em relação a inclusão de pessoas com deficiência?	29,15%	46,69%	17,78%	6,38%	0,00 %
	Como você avalia a participação da instituição educacional nas ações e eventos de responsabilidade social com a comunidade local?	33,39%	41,66%	18,74%	4,39%	1,82%

Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

		Ótimo	**Bom**	**Regular**	**Ruim**	**Não se Aplica**
Professores	Como você avalia o desenvolvimento e a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão no curso em que você é docente?	32,59%	41,75%	17,60%	4,09%	3,97%
	Qual o seu grau de satisfação quanto ao curso?	44,87%	34,54%	14,81%	3,56%	2,22 %
	Como você avalia as políticas para o ensino, pesquisa e extensão em relação à aplicação prática dos conteúdos desenvolvidos na atividade profissional?	34,22%	38,52%	17,98%	3,83%	5,45%
	Como você avalia os eventos acadêmicos, científicos e culturais realizados na instituição?	34,78%	42,64%	14,55%	4,15%	3,88%
	Como você avalia a apresentação e aplicação do plano de ensino da disciplina?	45,15%	45,99%	8,86%	0,00%	0,00%
	Como você avalia a sua relação com os alunos?	55,75%	42,42%	13,52%	0,00%	0,00%
	Como você avalia as políticas e mecanismos de incentivo à pesquisa na instituição?	18,78%	30,73%	18,52%	14,61%	4,65%
	Como você avalia a utilização dos instrumentos	36,33%	43,79%	14,11%	2,62%	3,15%

	diversificados de avaliação, tais como provas, trabalhos, seminários e outros?					

Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

		Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Não se Aplica
Professores	Como você avalia o acesso da comunidade externa às atividades desenvolvidas pela instituição (site, TV Uniesp, mural, etc)?	28,14%	34,59%	26,11%	7,31%	3,85%
	Como você classifica os sistemas de informação da instituição (site, TV Uniesp, mural, etc)?	24,66%	37,67%	24,76%	8,96%	3,95 %
	Como você avalia as políticas para o ensino, pesquisa e extensão em relação à aplicação prática dos conteúdos desenvolvidos na atividade profissional?	28,34%	46,72%	16,83%	3,31%	4,80%
	Como você avalia os eventos acadêmicos, científicos e culturais realizados na instituição?	37,45%	38,03%	17,75%	4,75%	2,02%
	Como você avalia a apresentação e aplicação do plano de ensino da disciplina?	44,85%	47,80%	7,35%	0,00%	0,00%
	Como você avalia a sua relação com os alunos?	55,16%	40,12%	4,72%	0,00%	0,00%
	Como você avalia as políticas e mecanismos de incentivo à pesquisa na instituição?	16,94%	43,34%	19,77%	18,43%	1,52%
	Como você avalia a utilização dos instrumentos diversificados de avaliação, tais como provas, trabalhos, seminários e outros?	33,35%	47,99%	12,51%	4,63%	1,52%

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

		Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Não se Aplica
Alunos	Como você avalia a divulgação da Avaliação Institucional?	19,06%	48,32%	23,70%	7,15%	1,77%
	Como você avalia a atuação do Coordenador no Processo de Avaliação Institucional?	23,17%	46,87%	20,45%	8,14%	1,37%
	Como você avalia a atuação da CPA no Processo de Avaliação Institucional?	19,47%	48,28%	22,74%	6,56%	2,95%

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

		Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Não se Aplica
Aluno	Como você avalia a Missão Institucional?	20,56%	45,82%	28,11%	3,85%	1,66%
	Como você classifica as atividades da instituição quanto à pesquisa?	17,84%	45,24%	27,79%	6,80%	2,33%

	Como você avalia a atuação da instituição na oferta de cursos de extensão?	19,67%	46,45%	22,88%	8,88%	2,12%
	Como você avalia a instituição quanto ao ensino prestado?	26,25%	51,56%	18,39%	3,80%	0,00%

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

		Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Não se Aplica
Alunos	Como você avalia o desenvolvimento da instituição educacional das ações relativas à responsabilidade social e inclusão de estudantes em situação vulnerável (ProUni, FIES, bolsas e escola da família, entre outros)?	31,01%	42,94%	19,22%	5,81%	1,02%
	Como você avalia a política institucional em relação a inclusão de pessoas com deficiência?	26,78%	42,61%	21,60%	7,70%	1,31 %
	Como você avalia a participação da instituição educacional nas ações e eventos de responsabilidade social com a comunidade local?	19,58%	38,72%	29,36%	8,28%	4,07%

Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

		Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Não se Aplica
Alunos	Como você avalia o desenvolvimento e a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão realizada no curso?	22,17%	52,67%	19,23%	4,08%	1,85%
	Qual o seu grau de satisfação quanto ao curso?	25,21%	50,58%	18,71%	4,15%	1,35 %
	Como você avalia as políticas para o ensino, pesquisa e extensão em relação à aplicação prática dos conteúdos desenvolvidos na atividade profissional?	22,38%	48,90%	23,56%	3,28%	1,88%
	Como você avalia os eventos acadêmicos, científicos e culturais realizados na instituição?	24,14%	41,08%	26,62%	6,84%	1,32%
	Como você avalia a apresentação e aplicação do plano de ensino da disciplina?	24,12%	48,50%	22,27%	3,78%	1,33%

10. Análise dos Dados e das Informações

A importância da CPA é evidenciada principalmente nos momentos em que os resultados passam a ser discutidos internamente, envolvendo todos os segmentos, entre eles NDE, docentes, discentes, funcionários técnico-administrativos e os representantes da sociedade civil organizada, que juntos realizam aquilo que denominamos como Requalificação dos

Dados, ou seja, a discussão interna dos resultados e quais as ações que deverão ser implementadas para que os índices abaixo da média possam ser melhorados nas próximas avaliações.

Dessa discussão emergem as ações prioritárias para a execução das melhorias.

O conjunto de ações realizadas pela CPA – e também por todos os envolvidos com a comunidade acadêmica – apontados em relatórios passados culminaram em melhorias percebidas pelo alunado ao longo dos anos, o que permitiu a expansão e o melhor acolhimento da IES pela comunidade local.

A divulgação e análise dos resultados se dá através da CPA, Comissão Permanente de Avaliação, em reuniões periódicas com direção, coordenação de cursos, docentes e discentes da instituição e representante da sociedade civil organizada. A partir da análise dos resultados, são criados Planos de Ações que serão postos em prática pela CPA e apoiados pelos Colegiados de Curso.

11. Ações com Base na Análise

A seguir, apresentamos um resumo das ações, das realizações, das potencializadas e fragilidades da instituição:

Ações planejadas:

- Estimular o desenvolvimento da instituição nos termos previstos no PDI;
- Melhorar o conhecimento do conteúdo do PDI para os alunos;
- Empreender programa de formação para os funcionários como forma de melhorar o conhecimento, a cultura e o desenvolvimento profissional;
- Maior divulgação de informações e notícias na TV Uniesp e no Boletim Informativo;
- Desenvolver ações de extensão;
- Empreender ações de orientação e treinamento para o Enade;
- Familiarizar o aluno para as atividades de estudo a distância;
- Motivar os alunos para a pesquisa;
- Incentivar a participação em programas de treinamento e formação continuada.

Ações realizadas:

- Divulgar a missão institucional;
- Disponibilizar os manuais e regulamentos, devidamente atualizados;
- Esclarecer sobre o funcionamento do Plano de Carreira dos professores e funcionários técnico-administrativos;
- Melhorar as instalações sanitárias e áreas de estudo.

Potencialidades:

- Maior envolvimento dos docentes quanto aos projetos de atividades acadêmicas que potencializem a utilização das TICs;
- Disponibilidade dos professores para a organização das semanas temáticas, eventos, simpósios e atividades de extensão;
- Divulgação de depoimentos dos egressos na TV Uniesp e no Boletim Eletrônico;
- Disposição dos professores para atualização dos Planos de Cursos e de atuarem nos colegiados;
- A instituição fica localizada na região central de São Paulo, local próprio para atividades de serviços de extensão à comunidade;
- Disponibilidade para oferta de cursos de extensão e de nivelamento aos alunos, aos sábados.

Fragilidades:

- Indisponibilidade de alguns docentes para a participação em reuniões pedagógicas;
- Pouco investimento em tecnologia educacional;
- Maior adesão da comunidade acadêmica no processo avaliativo;
- Disponibilidade dos funcionários técnico-administrativos para programas de formação continuada;
- Disponibilidade dos professores para participarem de reuniões, palestras e cursos de formação continuada;
- Necessidade de dar maior divulgação do PDI e do Plano de Carreira dos professores e funcionários;
- O Programa FIES trouxe muitas mudanças que limitam a inclusão dos alunos;
- Necessidade de manter contato com um maior número de egressos;
- O aluno não está familiarizado com estudos a distância;
- Dificuldade em captação de alunos.

Ações de melhoria propostas:

- Melhorar o relacionamento com o egresso;
- Divulgar o organograma da IES;
- Divulgar o trabalho desenvolvido pelos órgãos colegiados;
- Melhorar a divulgação de novas aquisições de livros;
- Melhoria o serviço de atendimento ao aluno;
- Conservação e revisão constante das instalações físicas;
- Intensificar as ações de formação continuada para funcionários técnico-administrativos;
- Ampliar a divulgação dos serviços à comunidade local;
- Potencializar os alunos na utilização das TICs;
- Intensificar o apoio e a motivação de alunos e professores para a pesquisa .

12. Considerações Finais

A Comissão Própria de Avaliação, pelo seu trabalho, visa oferecer subsídios à tomada de decisão e ao planejamento institucional, na busca de contínua melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão.

Os pontos apresentados merecem acompanhamento constante, sendo que o presente relatório será enviado à direção, aos coordenadores de cursos, aos setores administrativos, aos professores, alunos e gestores para conhecimento.
Todos os elementos que subsidiaram o presente relatório encontram-se arquivados na Coordenação da CPA.

São Paulo, 04 de março de 2022.

Representante docente (Presidente)	Sandra I. Fiacadori Ciochi
Representante docente	Claudia Oliveira de Farias Leitão
Representante discente	Evandro Cavalcante da Silva
Representante do corpo técnico administrativo	Ana Paula Santana
Representante da Sociedade Civil	José Jorge Louzada dos Santos

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº. 10.861 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Art. 8º. Publicada no D.O.U de 15 de abril de 2004.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Org.). Avaliação externa de instituições de educação superior: diretrizes e instrumento. 1ª Brasília: Inep, 2006. 182 p.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65, Brasília: INEP, 2014.